AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JOSÉ ALVES VIANA , CONSELHEIRO RELATOR.

Referência: Processo nº 1.120.344 - Prestação de contas do exercício de 2021

Ofício de Citação: nº 4.801/2023, da Secretaria da 2ª Câmara

AENDER ANASTÁCIO DE MORAIS, servidor público, portador da Cédula de Identidade nº M7025822, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF 009.893.426-03, residente na Rua José Carlos de Almeida, nº115, Centro, na cidade de Cana Verde CEP 37.267-000, Prefeito Municipal de Cana Verde no exercício de 2021, vem muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em resposta à Citação nº 4.801/2023, da Secretaria da 2ª Câmara, apresentar **justificativas e alegações**, em face da abertura de vista do processo supramencionado, o que faz pelas razões e fundamentos a seguir:

Da Tempestividade:

A presente defesa mostra-se tempestiva. O prazo regimental para seu protocolo é de 30 dias, contados da data da juntada do aviso de recebimento dos Correios (AR) aos autos. Este prazo se completa em 24 de maio de 2023, conforme ferramenta de “Acompanhamento Processual”, na página principal do site do Tribunal de Contas (cópia anexa). Assim sendo, requer seja ela recebida e processada, para fins de direito.

Para facilitar a análise das supostas irregularidades apontadas, solicitamos vênia a Vossa Excelência, para, nesta defesa, transcrever o posicionamento técnico inicial dessa Corte de Contas em relação à prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Cana Verde, relativas ao exercício financeiro de 2021.

Relato:

Consta nas páginas 10, 11, 12 e 13, do relatório de análise do processo 1120344, o estudo dos créditos abertos com utilização de recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro, estudo este que levou à conclusão no item **12 - Conclusão Geral da Análise**, páginas 36 e 37, da existência de supostas irregularidades, nos seguintes termos:

Itens Irregulares:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.1 – Excesso de Arrecadação (artigos 43 da Lei 4.320/64 C/C parágrafo único do art. 8º da LRF).

- ✓ Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R\$620.449,36, contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Ressalta-se que apenas R\$ 419.410,52 foram empenhados sem recursos disponíveis conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", valor este considerado como irregular.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.2 – Superávit Financeiro (artigos 43 da Lei 4.320/64 C/C parágrafo único do art. 8º da LRF).

- ✓ Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R\$54.853,98, contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Ressalta-se que apenas R\$50.023,98 foram empenhados sem recursos disponíveis conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", valor este considerado como irregular

2 – Créditos Orçamentários e Adicionais – 2.4 – Créditos Disponíveis (artigos 59 da Lei 4.320/64 e Inciso II do Art. 167 da CRC1988 C/C parágrafo único do art. 8º da LRF).

- ✓ Embora o montante das despesas empenhadas não tenha superado o total dos créditos concedidos, ressalta-se que, em um exame analítico dos créditos orçamentários por fonte de recurso, conforme Relatório anexado ao SGAP, constatou-se a realização de despesa excedente pelo Poder Executivo no valor de R\$ 40.365,50, contrariando o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988 c/c § Único do art. 8º da LC 101/2000.

Conclusão:

Após a análise da prestação de contas apresentada, conclui-se que as irregularidades poderão ensejar a rejeição das contas em conformidade com o disposto no inciso III do art. 45 da Lei Complementar nº 102/2008, Lei Orgânica do TCEMG.

Demais Observações:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.5 - Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta 932477 - TCEMG)

- ✓ Foram detectados decretos de alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis, em descumprimento ao disposto na Consulta n. 932.477/14, conforme Relatório anexado ao SGAP. Nos termos da citada Consulta, não devem ser abertos créditos adicionais utilizando-se

recursos de fontes distintas, com exceção daquelas originadas do Fundeb e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde. Ressalta-se que a exceção prevista na Consulta poderá se dar entre as fontes 118, 119, 218 e 219 para o Fundeb; entre as fontes 166, 167, 266 e 267, para Complementação da União ao Fundeb; entre as fontes 100, 101, 200 e 201, para o Ensino; e entre as fontes 100, 102, 200 e a 202 para a Saúde.

"Diante da(s) irregularidade(s) apontada(s) faz-se necessário, quando da abertura de vista, que o gestor apresente documentos comprobatórios de sua defesa e, caso seja necessária a alteração de dados nas remessas enviadas via Sicom, o prefeito poderá adotar os procedimentos de substituição de remessas disponíveis no Portal do Sicom (<http://portalsicom1.tce.mg.gov.br> ícone "Autorizar Substituição"), nos termos da INTC nº 04/2017 e do Passo a Passo Para Autorizar Substituta da PCA (aba "Orientações").

Cumprido observar que a sobredita alteração de dados ocorrerá apenas para adequação das informações constantes do Sicom com as registradas no sistema contábil do órgão, sendo que para isso o gestor municipal deverá apresentar juntamente com sua defesa escrita, os documentos corroboradores das justificativas e das alterações eletrônicas de dados efetuadas.

As substituições poderão ser realizadas a partir da juntada do Aviso de Recebimento (A.R.) do ofício de intimação ou citação aos autos, devendo serem concluídas até o prazo limite para a apresentação da defesa. O relatório técnico e demais documentos que serviram de parâmetro para a análise das contas (arquivo "Relatório Técnico") estão disponíveis no Portal TCEMG no endereço www.tce.mg.gov.br, Aba "Secretaria Virtual" - "Vista Eletrônica de Processos". Para acessá-los, os responsáveis deverão informar o número de seu CPF e a chave de acesso constante do ofício de citação."

Justificativas e Alegações:

Transcritas as considerações realizadas pela equipe técnica desse Tribunal de Contas, passamos às justificativas e alegações, nos seguintes termos:

Quanto aos créditos adicionais:

A abertura de créditos adicionais é regulada pela lei 4.320/64, em seus artigos 42 e 43, in verbis:

Artigo 42 - Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º "Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

*I – "o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior";
(grifamos)*

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; e

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder executivo realizá-las.

✓ **Quantos aos créditos sem cobertura legal:**

A douta equipe técnica do Tribunal de Contas, em sua análise conclui que não foram abertos créditos sem cobertura legal, conforme estudo na página 9.

✓ **Quanto aos créditos abertos sem recursos:**

Dos créditos abertos com recursos do excesso de arrecadação:

Nas páginas 10 e 11 do Processo, encontramos a análise dos créditos abertos com recursos do excesso de arrecadação, nos termos seguintes:

Fonte 100 – Recursos Ordinários:

Excesso de Arrecadação (Excluídos os Créditos Extraordinários) (A)	19.358,72
Créditos Abertos (B)	181.008,43
Créditos Adicionais Abertos Sem Recursos (C = B – A)	161.649,71
Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos – Reduções (D)	8.739.449,07
Despesa Empenhada (E)	7.992.301,52
Saldo a Empenhar (F)	747.147,55
Despesas Empenhadas Sem Recursos (G = C – F) Limitado ao Valor Empenhado	0,00

101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação:

Excesso de Arrecadação (Excluídos os Créditos Extraordinários) (A)	196.956,08
Créditos Abertos (B)	116.500,00
Créditos Adicionais Abertos Se Recursos (C = B – A)	0,00
Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos – Reduções (D)	1.770.522,00
Despesa Empenhada (E)	1.646.490,84
Saldo a Empenhar (F)	124.031,16
Despesas Empenhadas Sem Recursos (G = C – F) Limitado ao Valor Empenhado	0,00

102 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde:

Excesso de Arrecadação (Excluídos os Créditos Extraordinários) (A)	28.704,35
Créditos Abertos (B)	487.504,00
Créditos Adicionais Abertos Se Recursos (C = B – A)	458.799,65
Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos – Reduções (D)	4.574.063,36
Despesa Empenhada (E)	4.534.674,23
Saldo a Empenhar (F)	39.389,13
Despesas Empenhadas Sem Recursos (G = C – F) Limitado ao Valor Empenhado	419.410,52

Desta análise conclui:

Item Irregular: Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R\$620.449,36, contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Ressalta-se que apenas R\$ 419.410,52 foram empenhados sem recursos disponíveis conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", valor este considerado como irregular

Não podemos concordar com esta análise, pois entendemos que os créditos abertos com recursos das fontes 100 – Recursos Ordinários, 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação e 102 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde, em obediência às normas da consulta TCEMG nº 932.477/2014, devem ser analisadas em conjunto, não em separado, conforme análise realizada.

A mencionada consulta traz em seu bojo a compatibilidade das fontes 100 – Recursos Ordinários, 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação e 102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos Vinculados à Saúde, por terem a mesma origem, desta forma, reafirmamos, não podemos concordar com a apuração da equipe técnica que conclui pelo empenho de despesas sem recursos, da ordem de R\$419.410,52.

Para corroborar nosso entendimento, trazemos à baila, excerto desta consulta, que possui caráter normativo, que estabelece a possibilidade/necessidade de se utilizar, na abertura de créditos adicionais, recursos compatíveis, e que dá o seguinte tratamento para as fontes 100 – Recursos Ordinários, 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação e 102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos Vinculados à Saúde:

Tal impedimento decorre dos vínculos a que as fontes e destinação de recursos constituem nos instrumentos de planejamento orçamentário, demonstrados na LOA, mesmo com outras fontes que não as de convênio, salvo poucas exceções descritas nos parágrafos seguintes.

Isso não ocorria até a criação e implementação desse mecanismo de controle e gerenciamento dos recursos orçamentários e financeiros, quando se podia anular uma dotação orçamentária visando o incremento de outra, ou mesmo adição de dotação nova ao orçamento.

Esses vínculos orçamentários buscam assegurar o princípio do equilíbrio do orçamento, em que a soma das destinações de recursos classificadas nas dotações orçamentárias deverá equivaler às fontes originárias das receitas previstas.

Destacam-se exceções à regra que impede alterações entre as fontes e destinações de recursos, as originadas do FUNDEB e das aplicações constitucionais em Ensino e em Saúde.

Assim, como a fonte originária para a destinação dos recursos do FUNDEB é a mesma, as fontes 118 – Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica e 119 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica, poderão ter anulação e acréscimo

entre si, desde que obedecida à provisão do mínimo de 60% para custeio do pessoal do magistério, conforme art.22, da Lei Federal nº 11.494/2007. Também nas fontes 101- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação e a 102- Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde, admite-se a anulação e suplementação entre si das dotações, porque a origem do recurso é a mesma, incluída a fonte 100 - Recursos Ordinários, quando originada de impostos.

Como dito alhures, as regras normativas desta Consulta, estabelece que as fontes 100 - Recursos Ordinários, 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação e 102 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde podem/devem ser analisadas em conjunto, não em separado, assim sendo, temos que a análise correta dos créditos abertos por excesso de arrecadação, com utilização destas fontes, deverá ser realizada da seguinte forma:

Excesso de Arrecadação (Excluídos os Créditos Extraordinários) (A)	245.019,15
Créditos Abertos (B)	785.012,43
Créditos Adicionais Abertos Sem Recursos (C = B – A)	620.449,36
Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos – Reduções (D)	15.084.034,43
Despesa Empenhada (E)	14.173.466,59
Saldo a Empenhar (F)	910.567,84
Despesas Empenhadas Sem Recursos (G = C – F) Limitado ao Valor Empenhado	0,00

Com a aplicação dos princípios da Consulta 932.477/2014, verificamos que não existem despesas empenhadas sem recursos, uma vez que, conforme estudo acima, temos um saldo a empenhar de **R\$910.567,84**.

É óbvio que desse valor temos que deduzir o valor dos créditos abertos sem recursos, no quantum de **R\$620.449,36**, mas, mesmo deduzindo este valor do saldo a empenhar temos um saldo remanescente de **R\$290.118,48**, fica, assim, comprovada a existência de recursos para suportar o empenhamento das despesas.

Quando aplicada mencionada consulta, fica caracterizado que foram abertos créditos sem existência de recursos, no entanto, ficou também comprovado que estes créditos não foram utilizados.

Em situações análogas o Tribunal de Contas exarou parecer prévio pela aprovação das contas. Destes pareceres prévios, trazemos à baila os seguintes excertos:

- ✓ Processo Prestação de Contas nº 1.104.526 – Prefeitura Municipal de Guarani, exercício de 2020:
Entretanto, a unidade técnica destacou que não foram empenhadas despesas com base nos créditos adicionais irregularmente abertos, conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos" (item 2.3.1, f. 14/15 da peça 17), não tendo havido,

portanto, comprometimento do equilíbrio da execução orçamentária, razão pela qual foi afastado o apontamento.

Com efeito, a jurisprudência do Tribunal tem sido no sentido de analisar, em casos semelhantes, o valor dos créditos empenhados, conforme nos autos 1047088 e 1007875. Em razão desse entendimento jurisprudencial foi previsto expressamente no § 5º do art. 1º da Ordem de Serviço Conjunta 01/2021 que, para aferição do cumprimento do art. 43 da Lei 4.320/1964, deverá ser observada “a efetiva realização da despesa”.

No caso concreto dos autos, consoante destacado pela unidade técnica, foram abertos R\$1.822,53 em créditos suplementares e especiais, mas as respectivas despesas não foram empenhadas.

Dessa forma, acompanho o estudo técnico e proponho que seja desconsiderada a irregularidade referente à abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis no valor de R\$ 1.822,53.

Por fim, de acordo com o relatório da unidade técnica (item 2.4, f. 18 da peça 17), não foram empenhadas despesas além do limite dos créditos autorizados, atendendo assim ao disposto no art. 59 da Lei Federal 4.320/1964 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988 combinado com o parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar 101/2000.

Conclui o Relator

2. A irregularidade relativa à abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis é afastada quando não há a efetiva realização de despesa.

- ✓ Processo Prestação de contas nº 1.091.850 – Prefeitura Municipal de Heliódora, exercício de 2019:

Todavia, foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis no valor de R\$1.988.079,21, com base no excesso de arrecadação, contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4320/1964 c/c parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar 101/2000.

Entretanto, segundo o estudo técnico, não foram empenhadas despesas com base em tais créditos adicionais, conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos" (fls. 04/05 – peça 9), não comprometendo o equilíbrio da execução orçamentária, razão pela qual foi afastado o apontamento.

Com efeito, a jurisprudência do Tribunal tem sido no sentido de analisar, em casos semelhantes, o valor dos créditos empenhados, conforme nos autos 1047088 e 1007875.

Em razão desse entendimento jurisprudencial foi previsto expressamente no § 7º do art. 1º da Ordem de Serviço Conjunta 02/2019 que, para aferição do cumprimento do art. 43 da Lei 4320/1964, deverá ser observada “a efetiva realização da despesa”.

No caso concreto dos autos, consoante destacado pela unidade técnica, foram abertos R\$1.988.079,21 em créditos suplementares e especiais, mas as respectivas despesas não foram empenhadas.

Dessa forma, acompanho o estudo técnico e proponho seja desconsiderada a irregularidade referente à abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis no valor de R\$ 1.988.079,21.

Conclui o Relator

3. A irregularidade relativa à abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis é afastada quando não há a efetiva realização de despesa.

Ora, na análise da equipe técnica, só foi apurado o empenho de despesas sem recursos na fonte 102 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde, da ordem de R\$419.410,52, por não ter sido aplicado as normas da consulta 932.477/2014. Com aplicação das mesmas, como demonstra a análise que fizemos nesta abertura de vistas, verifica-se a existência de um “saldo a empenhar” remanescente de **R\$290.118,48**, portanto, entendemos que não há irregularidade a ser considerada.

Dos créditos abertos com recursos do superávit financeiro:

Nas páginas 11 e 12 do Processo, encontramos a análise dos créditos abertos com recursos do superávit, nos termos seguintes:

55 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde:

Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	0,00
Créditos Abertos (B)	54.853,98
Créditos Adicionais Abertos Se Recursos (C = B – A)	54.853,98
Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos – Reduções (D)	54.853,98
Despesa Empenhada (E)	50.023,98
Saldo a Empenhar (F)	4.830,00
Despesas Empenhadas Sem Recursos (G = C – F) Limitado ao Valor Empenhado	50.023,98

Desta análise conclui:

Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R\$ 54.853,98, contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Ressalta-se que apenas R\$50.023,98 foram empenhados sem recursos disponíveis conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", valor este considerado como irregular.

Foram feitas, ainda, as seguintes considerações:

Verificou-se que, em relação a algumas fontes que foram indicadas para abertura de créditos adicionais, houve divergência entre o superávit financeiro informado no quadro anexo do balanço patrimonial (Sicom - DCASP) e o apurado nas remessas de acompanhamentos mensais (Sicom - AM). Diante da divergência de informações apresentadas pelo jurisdicionado no Sicom sobre o superávit financeiro, considerou-se nessa análise o menor valor do superávit financeiro entre o informado (DCASP) e o calculado (AM), conforme relatórios anexos "Quadro do Superávit / Déficit Financeiro (DCASP)" e "Superávit / Déficit Financeiro Apurado (AM)":

Foram, também, feitas as seguintes recomendações:

Recomenda-se que o superávit financeiro indicado no quadro anexo do balanço patrimonial do exercício anterior (Sicom - DCASP informado) corresponda à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, considerando também o correto controle por fonte de recursos (Sicom - AM apurado), conforme art. 43, § 1º, inciso I e § 2º da Lei nº 4.320/64 c/c art. 8º, § único da LC nº 101/2000.

Com relação à abertura destes créditos, em que pese as considerações e recomendações, da equipe técnica, além do fato de termos trocado nosso sistema contábil, exatamente por causa destas divergências, não temos como discordar da análise realizada.

O que ocorreu foi realmente falha na execução orçamentária, pois se utilizou de recursos inexistentes, quando poderia ter sido utilizado recursos da fonte 155 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde, em que conforme análise do item 2.3.1 – Excesso de Arrecadação (artigos 43 da Lei 4.320/64 C/C parágrafo único do art. 8º da LRF), ocorreu excesso de arrecadação da ordem de R\$1.541.888,49, ou seja, os recursos existiam, mas, contabilmente, foram incorretamente utilizados.

Quanto as Despesas Excedentes:

A equipe técnica, desse Tribunal de Contas, em seu relatório de análise técnica, página 13, item 2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.4 - Créditos Disponíveis (artigo 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 CR 1988), página 9, apurou que os créditos concedidos foram de R\$24.869.857,79 e as despesas empenhadas foi no total de R\$21.418.519,59, mas conclui pela seguinte irregularidade:

Embora o montante das despesas empenhadas não tenha superado o total dos créditos concedidos, ressalta-se que, em um exame analítico dos créditos orçamentários por fonte de recurso, conforme Relatório anexado ao SGAP constatou-se a realização de despesa excedente pelo Poder Executivo no valor de R\$ 40.365,50, contrariando o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988 c/c § Único do art. 8º da LC 101/2000.

Em nossa análise verificamos que em nossos registros contábeis não existem despesas excedentes, ou seja, não temos nenhuma classificação orçamentária com saldo negativo.

Aprofundando nossa análise verificamos que os saldos negativos apurados pela equipe técnica, têm origem nos créditos abertos pelo decreto 1.310/2021, de 1º de dezembro 2021, que em nossos registros contábeis, bem como, na cópia do decreto enviado ao Tribunal de Contas no arquivo DECRETOS E LEIS, consta com o valor de R\$709.900,13, enquanto no relatório constante na análise da equipe técnica originado do “arquivo AOC”, este decreto consta com o valor de R\$603.900,13. Fizemos uma comparação de cada dotação orçamentária constante do relatório “Despesas Excedentes por Crédito Orçamentário”, e comprovamos que com este decreto, com a redação que consta no arquivo DECRETOS E LEIS, as irregularidades suscitadas serão regularizadas. Desta forma estaremos, nesta abertura de vista, realizando a substituição do arquivo AOC – Alterações Orçamentárias.

Ainda nesta análise verificamos que os saldos negativos apurados pela equipe técnica, têm origem em créditos adicionais abertos com a utilização de recursos de uma entidade para outra, cujos valores não foram reconhecidos pelo nosso sistema contábil, quando da geração do arquivo “AOC”, a ser enviado ao Tribunal de Contas através do Sicom.

Na análise do decreto 1310, de 1º de dezembro de 2021, constatamos que os saldos negativos, no quantum de R\$40.365,50, têm origem em créditos adicionais suplementares, abertos no Executivo Municipal, com anulação de dotações da Câmara Municipal.

De posse destas informações, na busca da correção da inconsistência verificada, fizemos contato com a empresa de software, que desenvolveu o sistema contábil que utilizamos, e a mesma nos orientou que para geração correta do arquivo AOC, nos casos em que são utilizados recursos de uma entidade para suplementar outra, o sistema exige que seja desmarcada a “Flag” – “realizar o rateio do arquivo AOC de suplementação x anulação separado por entidade”, conforme demonstrado em documento anexo a presente.

Desta feita, seguindo orientação da empresa de software, providenciamos novamente a geração dos arquivos “AOC” e os enviamos através do Sicom, com observância das orientações constantes na página 37 do processo de análise.

Desta forma, com a substituição do arquivo “AOC”, entendemos que foi sanada a suposta irregularidade apontada, uma vez que fica comprovado que os valores dos créditos adicionais constantes deste arquivo, conferem com os valores dos que foram encaminhados no arquivo DECRETOS E LEIS.

A substituição de dados está previamente autorizada no presente processo, conforme página 37, nos seguintes termos:

"Diante da(s) irregularidade(s) apontada(s) faz-se necessário, quando da abertura de vista, que o gestor apresente documentos comprobatórios de sua defesa e, caso seja necessária a alteração de dados nas remessas enviadas via Sicom, o prefeito poderá adotar os procedimentos de substituição de remessas disponíveis no Portal do Sicom

(<http://portalsicom1.tce.mg.gov.br> ícone "Autorizar Substituição"), nos termos da INTC nº 04/2017 e do Passo a Passo Para Autorizar Substituta da PCA (aba "Orientações").

Cumprir observar que a sobredita alteração de dados ocorrerá apenas para adequação das informações constantes do Sicom com as registradas no sistema contábil do órgão, sendo que para isso o gestor municipal deverá apresentar juntamente com sua defesa escrita, os documentos corroboradores das justificativas e das alterações eletrônicas de dados efetuadas.

As substituições poderão ser realizadas a partir da juntada do Aviso de Recebimento (A.R.) do ofício de intimação ou citação aos autos, devendo serem concluídas até o prazo limite para a apresentação da defesa. O relatório técnico e demais documentos que serviram de parâmetro para a análise das contas (arquivo "Relatório Técnico") estão disponíveis no Portal TCEMG no endereço www.tce.mg.gov.br, Aba "Secretaria Virtual" - "Vista Eletrônica de Processos". Para acessá-los, os responsáveis deverão informar o número de seu CPF e a chave de acesso constante do ofício de citação."

Desta forma, com a substituição do arquivo "AOC – Alterações Orçamentárias", entendemos que foi sanada a suposta irregularidade apontada, uma vez que fica comprovado que os créditos adicionais abertos, pelo decreto nº 1.310, de 1º de dezembro de 2021, encaminhado no arquivo DECRETOS E LEIS, são suficientes para suportar as despesas consideradas excedentes.

Depreende-se das justificativas e ponderações acima, que no exercício de 2021:

- ✓ O Município não realizou nenhum empenho sem recursos, quando aplicados os princípios normativos da consulta TCEMG nº 943.477/2014, uma vez que fica comprovado a existência de saldo remanescente de **R\$290.118,48**, quando somadas as fontes 100 – Recursos Ordinários, 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação e 102 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos Vinculados à Saúde;
- ✓ O Município não realizou nenhuma despesa excedente, com aplicação da redação do decreto 1.310, de 1º de dezembro de 2021 arquivo DECRETOS e LEIS, situação que será regularizada com o reenvio do arquivo "AOC – Alterações Orçamentárias"; e
- ✓ Mesmo existindo recursos na fonte de recursos 155 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde, na análise do item 2.3.1 – Excesso de Arrecadação (artigos 43 da Lei 4.320/64 C/C parágrafo único do art. 8º da LRF), em que verificamos um excesso de arrecadação da ordem de **R\$1.541.888,49**, foram incorretamente empenhadas despesas sem recursos, pois foram utilizados recursos do superávit financeiro inexistente, no valor de **R\$50.023,98**.

Das irregularidades apontadas, conforme justificativas acima elencadas, conclui-se que somente a concernente aos créditos abertos com recursos do superávit financeiro não foi sanada, pois ocorreu

falha na execução, mas, sinceramente não trouxe nenhum desequilíbrio financeiro, eis que existiam recursos de excesso de arrecadação, outrossim, acreditamos que dado a pequenez de seu valor não poderá comprometer a conclusão pela aprovação das contas.

O valor desta irregularidade, na relação com as despesas empenhadas, no quantum de R\$21.418.519,59, representa 0,23%, ou seja, não chega a 1%.

Diante desta realidade clamamos pela aplicação dos princípios da razoabilidade e insignificância, na esteira de decisões precedentes do Tribunal de Contas em casos análogos.

Nosso pedido é baseado na jurisprudência hodierna desse Tribunal de Contas, *ex vi*, no julgamento do Pedido de Reexame nº 812.448, referente ao exercício de 2005, do Município de Cordisburgo, sob a relatoria da Conselheira Adriene Andrade, publicada em 20 de maio de 2016 onde, com fundamento nos princípios da insignificância e razoabilidade, foi reformada decisão e emitido parecer para aprovação das contas.

No mencionado processo, a abertura de créditos ultrapassou em **R\$25.467,37** o limite autorizado para abertura de créditos. Este valor representava **0,46%** do total da receita estimada para o exercício. Diante do valor indicado, a Douta Conselheira invocou o princípio da insignificância e razoabilidade e desconsiderou a irregularidade. Vejamos excertos do parecer:

Ademais, o valor dos créditos suplementares abertos sem cobertura legal representa apenas 0,46% (zero vírgula quarenta e seis por cento) do total da receita prevista para o Município, razão pela qual, invoco o princípio da insignificância e razoabilidade e desconsidero a irregularidade.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, dou provimento ao Pedido de Reexame apresentado pelo Pe. José Maurício Gomes, Prefeito do Município de Cordisburgo no exercício de 2005, para reformar o parecer prévio emitido na Prestação de Contas Municipal atuada sob o nº 710.510, e aprovar as contas, nos termos do art. 45, inciso I, da Lei Orgânica deste Tribunal e do art. 240, inciso I, do Regimento Interno desta Corte.

Quando da análise do **Pedido de Reexame nº 898.629**, referente ao exercício de 2004, do Município de Itacarambi, sob a relatoria do Conselheiro Licurgo Mourão, em substituição publicada em 02 de junho de 2016, no qual, com fundamento nos princípios da insignificância e razoabilidade, foi reformada decisão e emitido parecer para aprovação das contas. Em mencionado processo, a abertura de créditos ultrapassou em **R\$51.913,36** o limite autorizado para abertura de créditos e empenhamento de despesas. Este valor representava **0,32%** do total dos créditos orçamentários, que totalizaram **R\$16.159.000,00**.

Quando da análise do Processo 1.012.451, referente ao exercício de 2016, do Município de Carmo do Cajuru, sob a relatoria do Conselheiro Wanderley Ávila, publicado em 05 de fevereiro de 2018, no DOC - Diário Oficial de Contas. Neste processo consta, também, o Voto Douto Conselheiro José Alves Viana, nos seguintes termos:

Senhor Presidente, pelas mesmas razões expostas em meu voto relativo a Prestação de Contas do Município de Piranguçu e cotejando o ínfimo percentual dos créditos adicionais abertos sem recursos financeiros disponíveis – 0,31% do total dos créditos concedidos de R\$52.042.234,48 – entendo que um juízo de razoabilidade atrelado ao Princípio da Bagatela ou Insignificância é perfeitamente cabível ao caso concreto.

(....)

*Dessa forma, peço venia a Vossa Excelência para votar pela **aprovação das contas**, da Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru, relativas ao exercício de 2016, nos termos do disposto no art. 45, inciso I da Lei Complementar nº 102/2008 combinado com o art. 240, I, do Regimento Interno desta Corte".*

No mesmo processo votou o Douto Conselheiro Gilberto Diniz, nos seguintes termos:

Senhor Presidente, diante da Jurisprudência do Tribunal sobre a aplicação da insignificância, como é o caso dos autos, vou acompanhar a conclusão do Conselheiro José Alves Viana e votar pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas.

Vejamos matéria publicada na revista desse Tribunal de Contas (fevereiro a março de 2013), sobre o tema – insignificância:

3 INSIGNIFICÂNCIA EM SANÇÃO ADMINISTRATIVA¹

A insignificância, presente em vários ramos punitivos do Direito, não raro é aplicada na esfera administrativa e, conforme explicado alhures, busca extinguir a tipicidade dos atos que produzam danos ínfimos sobre o bem jurídico protegido, tornando irrelevante e irrazoável sua punição no âmbito administrativo. Diversas são as decisões desta Corte de Contas que aplicam o princípio da insignificância, tendo em vista os valores irrisórios da lesão jurídica causada pela prática de determinada conduta. Como exemplo, cita-se a Prestação de Contas do Executivo Municipal n. 835.144, aprovada por unanimidade na Sessão de 19/10/2010:

Nos termos do art. 45, inciso II, da Lei Orgânica deste Tribunal — Lei Complementar n. 102/2008 —, e considerando o parecer ministerial às fls. 306/307, voto pela emissão de Parecer Prévio pela aprovação com ressalva das contas do exercício de 2009, de responsabilidade do Prefeito do Município de Patrocínio, Sr. Lucas Campos de Siqueira, com fundamento no princípio da insignificância, devido à pequena expressividade do percentual os créditos especiais abertos sem cobertura legal.

(Grifo nosso)

¹ Revista TCE MG fevereiro a março de 2013

É importante salientar que o legislador originário dispôs, no caput do art. 37 da Constituição da República de 1988, a observância irrestrita do administrador público aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sob pena de seus atos configurarem improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º da CR/888.

Segunda Câmara - Sessão do dia 20/06/13 - Processo 660540 Prestação de Contas Municipal Prefeitura Municipal de Unaí José Braz da Silva, Prefeito Municipal à época 2001, Relator Licurgo Mourão, Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello:

2.1 Do Princípio da Insignificância

Antes de adentrar na análise propriamente dita, faz-se necessário discorrer acerca da aplicação do princípio da insignificância pelos Tribunais de Contas, nos termos do artigo —Princípio da Insignificância e Erro Escusável como Hipóteses de Afastamento da Pretensão Reparatória do Estado

Entendo cabível ao processo em análise a aplicação do princípio da insignificância quando a irregularidade nos créditos adicionais não represente um valor percentual igual ou maior a 1% da despesa total fixada, pois a irregularidade ínfima não se afigura capaz de ensejar a rejeição das contas, por sua imaterialidade.

Como se sabe, o princípio da insignificância, largamente utilizado no Direito Penal, deve ser entendido no Direito Administrativo como um elemento de mitigação que atinge a tipicidade do ato praticado pelo agente público. Assim, requer-se um exame das circunstâncias para a aferição da conduta, frente à reprovabilidade do comportamento e à lesividade ao bem protegido. Baseia-se ainda no princípio da precaução, cujo fundamento direto é a razoabilidade, a proporcionalidade e a finalidade dos atos praticados pelos agentes políticos.

A propósito do tema, destaque-se as lições de Marcelo Harger², in verbis:

*O direito repudia a punição dos delitos de bagatela. Trata-se de noção que surgiu no Direito Penal, mas que se propagou para os demais ramos do direito punitivo. [...]. As lições extraídas do Direito Penal podem mutatis mutandis ser aplicadas também às demais penalidades. **Sérgio Ferraz e Adílson Abreu Dallari³ afirmam que o princípio é aplicável às penalidades administrativas e ensinam que “com esse rótulo se tem dito que é***

² 2

HARGER, Marcelo. A utilização de conceitos de direito criminal para a interpretação da lei da de improbidade. In: INTERESSE PÚBLICO – IP. Belo Horizonte, ano 12, n. 61, p. 121-125.

admissível infirmar a tipicidade de fatos que, por sua inexpressividade, configuram ações de bagatela, despidas de relevância, traduzidas em valores lesivos ínfimos. ” (Grifos nossos).

Dos Pedidos:

Com as justificativas e ponderações acima, requeremos ao Douto Conselheiro Relator, que ao analisar as alegações, não incorra na aplicação do entendimento literal de Miguel Seabra Fagundes, segundo o qual **administrar é aplicar a Lei de ofício**. Pedimos para que o mesmo pautar seu entendimento com a aplicação do conceito de que administrar é **aplicar o Direito de ofício, não só a Lei**.

Desta feita trazemos à baila a LINDB Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, Decreto-Lei 4.657 de 1946, com as alterações promovidas através da Lei 13.665 de 2018, bem como do Decreto 9.830 de 2019 (regulamentou arts. 20 ao 30 da LINDB) que trouxe ao Direito Brasileiro compromisso de maior sensibilidade aos interpretes das normas sobre gestão pública. Tal exegese deverá se dar mediante a consideração efetiva dos obstáculos e as dificuldades reais do gestor à época dos fatos, conforme se aúfere da redação do art. 22 da citada Lei 13.665 de 2018, *in verbis*:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. (Regulamento)

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018).

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018.)

§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018).

Desta forma **requeremos**:

- ✓ Que sejam aplicados os princípios da consulta TCEMG nº 932.477/2014, no que concerne a execução das despesas nas fontes 100 - Recursos Ordinários, 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação e 102 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde, uma vez que esta consulta possui caráter normativo, e a mesma determina que seja realizada a apuração conjunta da execução destas fontes de recursos;
- ✓ Que seja aceita a substituição do arquivo "AOC - Alterações Orçamentárias", para que sejam corrigidas as inconsistências de “despesas excedentes”, além de promover a equidade dos dados deste arquivo com os constantes no arquivo DECRETOS E LEIS (em PDF); e

- ✓ Que sejam aplicados os **princípios da razoabilidade e insignificância**, para o caso das despesas empenhadas sem recursos, com utilização do superávit financeiro. Já que são os mesmos aplicáveis, uma vez que o valor apurado na relação com as despesas empenhadas é menor que 1%, limite pautado pelo Tribunal de Contas para sua aplicação.

Por fim, requeremos:

Que sejam aceitas e acolhidas as justificativas apresentadas, uma vez que são amparadas em vasta jurisprudências desta Corte de Contas, para declarar a total e absoluta regularidade na prestação de contas do exercício de 2021, **culminando pela sua aprovação**.

Nestes Termos,
Pede Aprovação.

Cana Verde/MG, 17 de maio de 2023.

Aender Anastácio de Moraes

Prefeito Municipal de Cana Verde no exercício de 2021

Anexos:

- ✓ Acompanhamento Processual – “Relatório de Dados do Processo”;
- ✓ Decreto 1.310, de 1º de dezembro de 2021, extraído do arquivo DECRETOS E LEIS, junto ao Sicom; e
- ✓ Parametrização do sistema para gerar o arquivo “AOC”.